

## Arqueologia fenomenológica: em busca da experiência

### *Arqueologia fenomenológica: en busca de la experiencia*

### *Phenomenological archeology: in search of experience*

**Eduardo Marandola Jr.**

Geógrafo, Doutorado em Geografia pela Universidade  
Estadual de Campinas (IG/UNICAMP)

Endereço para correspondência:

Instituto de Geociências - Rua João Pandiá Calógeras, 51  
Universidade Estadual de Campinas - Cidade Universitária  
"Zeferino Vaz" - Distrito de Barão Geraldo  
Caixa Postal 6152 - CEP: 13083-870 - Campinas, SP  
*eduardom@ige.unicamp.br*

**Resumo:** A Fenomenologia tem recebido crescente atenção por parte dos geógrafos. Nos últimos anos temos visto um número cada vez maior de pesquisadores que têm recorrido a seus pressupostos epistemológicos e ontológicos para alimentar diferentes pesquisas e abordagens. No entanto, a utilização deste sistema filosófico na prática científica merece, assim como qualquer outro, uma reflexão detida sobre as suas possibilidades, virtudes e limitações para a ciência específica em que se deseja aplicá-lo. Para isso, é necessário, no nosso caso, compreender os fundamentos e o ponto de encontro entre a Fenomenologia e a Geografia. Em virtude da variedade e pluralidade de orientações e aplicações inspiradas na Fenomenologia, nos deteremos em um procedimento específico, tentando clareá-lo à medida que refletimos sobre suas possibilidades para o estudo de experiência humana sobre a Terra, tarefa reclamada tanto pela Geografia Humanista, quanto pela Geografia Cultural, mais contemporaneamente. Em vista disso, perseguimos a resposta à pergunta: o que é arqueologia fenomenológica?, partindo da Teoria do conhecimento e passando pela Fenomenologia para localizar os termos deste diálogo na prática da pesquisa geográfica.

**Palavras-chave:** Humanismo em Geografia, Fenomenologia, Metodologia, Epistemologia da Geografia.

**Resumen:** La Fenomenología ha recibido creciente atención por parte de los geógrafos. En los últimos años hemos visto un número cada vez mayor de investigadores que han recurrido a sus presuposiciones epistemológicas y ontológicas para alimentar diferentes búsquedas y abordajes. Sin embargo, la utilización de este sistema filosófico en la práctica científica merece, así como cualquier otro, una reflexión detenida sobre sus posibilidades, virtudes y limitaciones para la ciencia específica en que se desea aplicarlo. Para eso, es necesario, en nuestro caso, comprender los fundamentos y el punto de encuentro entre la Fenomenología y la Geografía. Haya vista la variedad y la pluralidad de orientaciones y aplicaciones inspiradas en la Fenomenología, nosotros nos detendremos en un procedimiento específico, intentando clarearlo a medida que reflejamos sobre sus posibilidades para el estudio de la experiencia humana sobre la Tierra, tarea reclamada tanto por la Geografía Humanista, cuanto por la Geografía Cultural, más contemporáneamente. En vista de eso, perseguimos la respuesta a la pregunta: ¿que es arqueología fenomenológica?, partiendo de la Teoría del conocimiento y pasando por la Fenomenología para localizar los términos de este diálogo en la práctica de la búsqueda geográfica.

**Palabras-clave:** Humanismo en Geografía, Fenomenología, Metodología, Epistemología de la Geografía.

**Abstract:** Phenomenology has received increasing attention from geographers in recent years, and a growing number of researchers use its epistemological and ontological assumptions in different research approaches. However, the use of this philosophical system in scientific practice deserves, as with any system, reflection about its possibilities, virtues and limitations for the specific science in which one wishes to apply it. For this, it is necessary, in our case, to understand its foundations and the connections between Phenomenology and Geography. Due to the variety and plurality of orientations and applications inspired by Phenomenology, we adopt a specific procedure, trying to clarify it while we reflect on its possibilities for the enterprise of the study of human experience on Earth, task assumed today by Humanist and Cultural Geography. In view of this, we seek to answer the question "what is phenomenological archaeology?" starting with the Theory of Knowledge and with reference to Phenomenology, in order to identify the terms of this dialogue in geographical research practice.

**Keywords:** Humanism in Geography, Phenomenology, Methodology, Geography Epistemology.

*"A relação mais íntima, traiçoeira e definidora de um ser humano é a que ele trava consigo mesmo."*

Eduardo Giannetti (1997)

## I

Entre a pluralidade de bases teóricas e matrizes filosóficas utilizadas pelos geógrafos em seus estudos, a Fenomenologia tem despertado crescente interesse neste início de século. Se num primeiro momento (décadas de 1960 e 1970) ela não recebeu atenção ampliada por parte dos geógrafos, hoje seu uso transcende as tendências que a promoveram (Geografias Humanista e Cultural). No entanto, devido às próprias características deste sistema filosófico, não há consenso sobre os conceitos, significados e as implicações metodológicas da adoção desta matriz, compondo uma grande variedade de elementos que são aplicados na pesquisa geográfica.

Alinhamo-nos com aqueles que vêem nesta pluralidade uma riqueza e não um ponto de fragilização. No entanto, procuramos apontar para a necessidade de refletir sobre as implicações da utilização da Fenomenologia nos estudos geográficos, através da compreensão de seus fundamentos. Neste ensaio, faremos isso por meio da resposta à pergunta: *o que é arqueologia fenomenológica?*

A pergunta é pertinente no contexto do fazer geográfico pelas sendas da Geografia Humanista que, entre suas orientações filosóficas, procura "inspiração" no método e no sistema fenomenológico.<sup>1</sup> Porém, como esta orientação se manifesta de diferentes maneiras nos trabalhos dos geógrafos é necessário deter-se em pontos específicos para clarear as verdadeiras possibilidades que este abre para a Geografia.

Há uma dificuldade latente entre os geógrafos em operacionalizar pesquisas empíricas utilizando-se dos pressupostos e dos métodos da Fenomenologia. Uma das dificuldades é justamente a compreensão das implicações diretas que esta adoção traz para a prática de pesquisa. Incorporar ou inspirar-se num sistema filosófico para uma pesquisa científica produzirá, certamente, deformações (VON ZUBEN, 1989; MOREIRA, 2002). Em vista disso, há necessidade de pensar estas deformações e as implicações desta adoção no contexto dos pressupostos e categorias geográficas.

Esta preocupação trará questões como a relação sujeito-objeto, a natureza e a essência do conhecimento e a relação da Ciência com outras formas de saber. Adotar a Fenomenologia na prática geográfica trará entendimentos diferentes em relação a estas questões, bem como aos problemas do conhecimento, tratados pela Teoria do Conhecimento. Esta se ocupa essencialmente da adaptação do pensamento à realidade que sempre está implicada numa relação entre sujeito e objeto (PIAGET, 1973). Mais do que isso, os problemas do conhecimento estão intrínsecos a toda a prática do fazer científico (HESSEN, 2003). Portanto, mesmo que não tenhamos elaborado uma reflexão específica sobre o assunto, acabamos por adotar em nossas pesquisas determinado posicionamento diante dos problemas do conhecimento, pois estes

<sup>1</sup> Sobre as relações entre Fenomenologia e Geografia, ver Pickles (1985), Holzer (1992) e Amorim Filho (1999).

nascem da relação sujeito-objeto, ou consciência-objeto. É a consciência em busca do conhecimento do objeto. O conhecimento é, portanto, fruto da relação sujeito-objeto, constituindo-se um processo que envolve a realidade empírica e o ser cognoscente com sua estrutura própria de conhecimento (PIAGET, 1972).

Contudo, a questão envolve muitos outros aspectos. A constatação da relação entre o sujeito e objeto no processo de conhecimento nos conduz aos seus cinco problemas principais, conforme enuncia Johannes Hessen em seu livro clássico sobre a Teoria do Conhecimento, de 1926: (1) *Possibilidade do conhecimento humano*; (2) *Origem do conhecimento*; (3) *Essência do conhecimento humano*; (4) *Tipos de conhecimento humano*; (5) *Crítério de verdade* (HESSEN, 2003). A importância destes problemas é crucial. A partir deles delineamos nossos pressupostos, métodos e até resultados de pesquisa. Devido às limitações deste ensaio, não poderemos desenvolver uma discussão aprofundada sobre as diferentes posições e soluções desenvolvidas para tais por pensadores ao longo da história da filosofia. Antes, iremos pontuar onde nos colocamos neste universo. Este recurso metodológico objetiva contextualizar junto à teoria do conhecimento o procedimento "arqueologia fenomenológica", para que possamos vislumbrar até onde (ou por meio do que) este procedimento, enquanto um método de pesquisa no contexto de um estudo geográfico, pode nos levar na busca da experiência, tarefa reclamada tanto pela Geografia Humanista, quanto pela Geografia Cultural, mais contemporaneamente (RELPH, 1979; CLAVAL, 2001; MARANDOLA JR., 2005a). Evidentemente, estes temas continuam em discussão e devem ser entendidos sempre como abertos. As escolhas realizadas aqui são resultado de embates de pesquisa, onde o racional e o empírico estão sempre em tensão, num processo de questionamento e construção do nosso conhecimento da realidade e da nossa própria prática científica.

Em vista disso, procuraremos responder à pergunta *o que é arqueologia fenomenológica?* partindo do pensar os dois termos componentes da expressão para, a seguir, discutir o seu significado e, por fim, suas possibilidades e implicações para a prática e a produção do conhecimento geográfico, dentro de um quadro selecionado da teoria do conhecimento.

## II

A pergunta posta contém implícito que perguntamos por um objeto ideal, e não real. O artigo "o" a classifica como tal, conforme afirmou Livia de Oliveira acerca da teoria do conhecimento: "[...] há objetos reais e ideais, e não se pode atingir a certeza do conhecimento de sua essência última." Assim, "[...] só se pode saber *que* as coisas são, mas não *o que* as coisas são em si" (OLIVEIRA, 1999, p. 89).

A arqueologia fenomenológica, como um procedimento que está no campo do pensamento, pode então ser definida. Ela não existe no campo real, mas apenas no ideal, e como tal, pode ser alcançada enquanto essência última.

No entanto, para tentar respondê-la, precisamos localizar o significado dos dois vocábulos colocados na expressão: arqueologia e fenomenologia. Começamos pelo segundo, resgatando um delineamento de um dos mais conhecidos filósofos fenomenologistas, Martin

Heidegger. Baseado na idéia de fenômeno (aquilo que mostra-se ou revela-se em si mesmo), a fenomenologia é, para o filósofo, o "deixar e fazer ver por si mesmo aquilo que se mostra, tal como se mostra a partir de si mesmo". Em vista disso, a fenomenologia não evoca nem o objeto nem o seu conteúdo. "A palavra se refere exclusivamente ao modo *como* se demonstra e se trata *o que* nesta ciência deve ser tratado". A ciência dos fenômenos (decomposição de *fenômeno* e *logia*) nada mais é do que "apreender os objetos *de tal maneira* que se deve tratar de tudo que está em discussão, numa demonstração e procedimentos diretos" (HEIDEGGER, 2002, p. 65). Mais do que estudar algo, portanto, a fenomenologia apresenta caminhos para se perscrutar os significados dos fenômenos em si mesmos, no sentido da revelação e da descoberta.

Em geral, a busca desta revelação se dá nos termos que Maurice Merleau-Ponty, outro importante filósofo fenomenologista, apresenta:

A fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, tornam a definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas a fenomenologia é também uma filosofia que substitui as essências na existência e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra forma senão a partir de sua 'fictividade'. (MERLEAU-PONTY, 1971, p. 5)

A busca das essências, sem dúvida, é o ponto fulcral que o "pai" da fenomenologia moderna, Edmund Husserl, lhe atribuiu. No esforço de transcender o psicologismo até então reinante na Filosofia, bem como combater o universalismo de Hegel, Husserl (1988) identifica a *intencionalidade* como fundamental ao processo cognoscente da mente humana. Assim, a consciência não é uma substância, mas uma atividade constituída por atos. Neste respeito, a relação sujeito-objeto é mais fluída, com o objeto sendo apreendido em sua relação com a consciência, superando a si mesmo. Sendo a intencionalidade o traço fundamental da consciência, o objeto pode ser considerado como escopo desta mesma intencionalidade e, portanto, transcende a si mesmo, transcendendo sua existência real enquanto existência empírica imediata.

Johannes Hessen, que utilizou o método fenomenológico em sua investigação acerca da teoria do conhecimento, expõe o seu significado ao diferenciá-lo do método psicológico.

O primeiro [método psicológico] investiga os processos mentais concretos em seu curso regular e em suas relações com outros processos, ao passo que o último [método fenomenológico] procura apreender a *essência geral* no fenômeno concreto. Em nosso caso, o método não descreve um processo de conhecimento determinado, não procura estabelecer o que é característico de um determinado conhecimento, mas aquilo que é essencial a todo conhecimento, aquilo que consiste sua estrutura geral. (HESSEN, 2003, p. 19)

Como buscar, então, as essências? Como alcançar este nível do conhecimento? O próprio Husserl propôs a *arqueologia fenomenológica* como este meio.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> É importante lembrar, no entanto, que Merleau-Ponty (1971) enfatiza que as essências não são o fim último da filosofia de Husserl, mas um meio. O objeto da fenomenologia, segundo o autor, é a nossa existência no mundo, e é para este fim que Husserl passa pelas essências.

Na verdade ela se refere a uma operação de escavação nos elementos constitutivos daquilo que é construído através das operações sensoriais perceptivas que se nos oferecem já prontas e formam o mundo da experiência. (ALES BELLO, 1999, p. 18)

Trata-se, portanto, de uma indagação regressiva, de onde advém o sentido do primeiro vocábulo (arqueologia). Não era este o procedimento proposto por Heidegger, de sempre realizar as perguntas anteriores? (HEIDEGGER, 1999a, 1999b) Mas a arqueologia como Husserl propôs é algo um pouco diferente. Como o arqueólogo escava camadas de civilização, sempre procurando as origens, o que veio antes, assim também o fenomenologista busca o conhecimento intuitivo, ou imediato, que fica muitas vezes "soterrado" sob as profundas e sucessivas camadas de mediação da cultura e da sociedade. Arqueologia fenomenológica seria, portanto, "escavar" estas camadas e procurar o sentido original, a essência.

Angela Ales Bello, investigando o arquivo de manuscritos de Husserl (mais de 45.000 páginas) encontrou um documento com o título *Arqueologia fenomenológica*, que fornece elementos para entendermos este procedimento fundamental do método fenomenológico.

A autora registra que poderia se questionar a validade deste conhecimento original, pelo entendimento de que o conhecimento é um processo de acumulação. Segundo ela, Husserl quer pôr em dúvida justamente este pré-conceito:

Trata-se, na verdade, de colocar-se numa perspectiva radical que quer percorrer o processo de formação do nosso conhecimento, para descobrir o sentido das operações fundamentais realizadas por nós e para testar aquilo que foi construído através de tais operações do ponto de vista cultural. (ALES BELLO, 1999, p. 19)

É com este propósito que Husserl propõe a redução fenomenológica, conhecido procedimento de sua proposta, e um dos mais controvertidos também. Merleau-Ponty (1971) resgata e defende a proposta de Husserl apontando dois mal-entendidos: o de que a redução seria uma proposta de fundo idealista, e de que as essências são a finalidade da fenomenologia, e não um meio.

A redução, segundo Merleau-Ponty, busca apreender o real, como um tecido sólido, que não espera nossos juízos para anexar os fenômenos mais surpreendentes nem para rejeitar nossas imaginações mais verdadeiras. Assim, a redução é apresentada como "[...] o retorno a uma consciência transcendental diante da qual o mundo se mostra numa transparência absoluta, animado de parte a parte por uma série de apercepções que o filósofo se encarregaria de reconstituir partindo de seus significados." (MERLEAU-PONTY, 1971, p. 9).

É nesse sentido que Ales Bello (1999, p. 19) fala da redução como "[...] 'redução' do mundo e da natureza à nossa experiência do mundo e da natureza". Esta experiência é considerada nas suas estruturas universais, garantindo a sua realidade e possibilidade como experiência de cada um em particular, mas simultaneamente como experiência que envolve todos os indivíduos. É a passagem para as experiências vividas, abrindo a possibilidade de apreender as essências. Estas não objetivam trazer o particular, o excepcional, mas buscam trazer simultaneamente os aspectos concretos e individuais e os significados essenciais, universais.

O que faz então o filósofo ao "escavar" para alcançar o conhecimento? Uma expressão muito usada por Husserl é "a busca das coisas mesmas", ou a busca da "coisa em si mesma". É o sentido dado à arqueologia, que procura os sentidos originais antes das pré-concepções científicas, primando pelo conhecimento intuitivo, no momento em que a consciência se encontra com o mundo.

O meio para fazer isso é a *descrição*. Husserl não desejava explicar, mas descrever, no sentido de buscar as coisas como exatamente são. Para isso, o filósofo via como tarefa primária descrever fenomenologicamente os fatos como são. O conhecimento é transcendente e ocorre no momento do contato consciência-mundo. Cabe ao fenomenologista descrevê-lo.

O próprio sentido de fenomenologia já traz em si a noção de uma "fenomenologia descritiva", conforme aponta Heidegger (2002, p. 65). Para o filósofo, esta descrição, no entanto, não se aproxima daquela que faz a morfologia botânica, por exemplo. O caráter da descrição é estabelecido apenas "[...] a partir da 'própria coisa' que deve ser descrita, ou seja, só poderá ser determinado cientificamente segundo o modo em que os fenômenos vêm ao encontro." A descrição é, portanto, a forma de "toda de-monstração de um ente tal como ele se mostra em si mesmo" (HEIDEGGER, 2002, p. 66), que é o sentido último da fenomenologia.

Neste sentido, qualquer coisa experimentada pode ser descrita, como lugar, silêncio, existência, contato interpessoal. Segundo Edward Relph, o fenomenologista precisa, tanto quanto possível, "[...] excluir as crenças nas explanações e considerações existentes e, igualmente, sobre os [seus] próprios preconceitos, e tentar colocar-[se] na posição daqueles que estão experienciando o fenômeno." (RELPH, 1979, p. 4). O autor aponta ainda que não se trata de idealismo ou recusa de nossas próprias experiências; antes, trata-se de retroceder a elas e examiná-las com o que poderíamos chamar de semiconsciência não envolvida. Esta não pode estar fechada em si mesma, mas procura uma variedade de fontes e pontos de vista, procurando descrever sem tentar eliminar as ambigüidades e complexidades. Cada fenômeno é sempre complexo e produzir sua representação, na tentativa de simplificar para apreender, é uma redução de seu sentido e uma deformação.

Buscar a descoberta dos significados na experiência é uma tarefa que exige o cuidado de descrever sem deformar ou destruir a riqueza e a complexidade dos significados, dando o devido peso à intuição na constituição do mundo vivido, conforme aponta Ales Bello (1999, p. 35): "As experiências vividas são identificáveis de forma essencial, ou seja, o seu sentido pode ser captado intuitivamente. Nessas experiências vivenciais reside a capacidade de 'constituir', e não 'construir', um mundo por parte do sujeito."

A forma de alcançar a interpretação destas experiências é justamente a descrição, que em Husserl possui três pontos característicos importantes: (1) é um procedimento filosófico *sui generis* que não pode configurar-se num sentido indutivo, nem dedutivo, mas está fundado na capacidade intuitiva do ser humano e teoriza tal capacidade; (2) não é uma descrição no sentido banal e superficial de uma enumeração ou de uma catalogação, mas visa captar o significado das coisas; (3) não é uma interpretação. Portanto, ela "[...] é uma arqueologia que visa uma reconstrução." (ALES BELLO, 1999, p. 35). É é aqui que a descrição se liga à redução:

O trabalho de escavação não se pode identificar com um desmonte senão na medida em que se deve superar o obstáculo da mera aceitação do fato como simples dado empírico; aparece aqui o primeiro momento fundamental: o da redução. É aqui que a descrição fenomenológica assume a sua valência específica, afastando-se de uma simples enumeração ou indicação de características e de uma interpretação, e portanto hermenêutica. (ALES BELLO, 1999, p. 35-36)

Através deste caminho, a descrição permite investigar tanto as experiências vivenciais quanto as cosmovisões estabelecidas na intersubjetividade. Em ambos os casos, através da intencionalidade e da redução, podemos investigar com maior profundidade o significado do ser-no-mundo, para além da relação sujeito-objeto, em direção a uma concepção holística da teoria do conhecimento. A arqueologia fenomenológica é, portanto, um procedimento que nos permite trilhar tais caminhos, em busca da experiência enquanto fenômeno, permitindo que ela re-vele-se tal como ela é em si mesma.

A seguir, procuramos apontar as consequências de sua utilização em relação aos problemas do conhecimento no contexto dos estudos geográficos e em que medida esta pode auxiliar aos geógrafos na busca da experiência.

### III

Explicitamos até aqui elementos para compreendermos os significados e aplicações da arqueologia fenomenológica enquanto método para a investigação da experiência. Ao mesmo tempo, acabamos por delinear algumas das bases da relação entre a Fenomenologia e a Geografia (em especial a Humanista e a Cultural). Esta, preocupada com a experiência humana sobre a terra, tem naquela uma referência fundamental de orientação para sua empreitada. No entanto, nos cabe refletir agora acerca do significado de estudar Geografia na perspectiva da experiência.

Em primeiro lugar, esta descrição a que se propõe a arqueologia fenomenológica se assemelha àquela que os artistas exercitam em suas pinturas ou obras literárias. Estas, ao invés de simplesmente enumerar elementos ou características físicas, buscam re-velar o sentido dos objetos, paisagens, lugares ou personagens, utilizando a descrição como recurso para tal re-velação. Segundo Darby (1977), o ponto está no traço subjetivo do artista que, sem primar pela objetividade, alcança outra forma de dizer a realidade (outra linguagem), seja ela qual for. Longe de ser uma síntese, a descrição presente na arte se alia a uma geografia estética que dela emerge. Assim como os antigos geógrafos tinham o objetivo de descrever a geografia terrestre, ainda não conhecida nem sistematizada, hoje a tarefa é perseguir o conhecimento da experiência humana, igualmente desconhecida. Muito pouco se sabe ainda sobre a natureza da multiplicidade de experiências nos diferentes espaços terrestres. Temos grande quantidade de estudos acerca das estruturas econômicas e políticas, dos sistemas de produção, das dinâmicas geomorfológicas e climáticas. No entanto, como as pessoas vivem em tais espaços (nas diferentes escalas), do ponto de vista delas mesmas, ainda é uma grande *terra incognita* a ser explorada pelos geógrafos (WRIGHT, 1947). Descrever é um procedimento para atingir este conhecimento, entretanto, não é o objetivo último da arqueologia

fenomenológica. As primeiras descrições dos lugares feitas pelos antigos geógrafos não se tornaram os conhecimentos últimos sobre aqueles lugares; a estas se seguiram muitos estudos e pesquisas. De maneira similar, a descrição serve à arqueologia fenomenológica como forma de organizar "o material empírico" de pesquisa, como a maneira que temos de "escavar" a existência e retirar dela os elementos que, posteriormente, receberão nossa análise e reflexão, em busca dos significados.

É neste procedimento de "escavação" que veremos as implicações da utilização da arqueologia fenomenológica em relação aos problemas do conhecimento. A primeira implicação é a necessidade de admitir que o conhecimento só é possível considerando-se tanto o pensamento quanto a experiência. Esta está esteada numa forma de *criticismo*, enquanto ponto intermediário entre o dogmatismo e o ceticismo, através de uma "epistemologia crítica" (OLIVEIRA, 2004, p. 17), compartilhando com o dogmatismo uma confiança axiomática na razão humana e que ela pode acessar o conhecimento. No entanto, aproxima-se do ceticismo na medida em que desconfia de qualquer conhecimento determinado, colocando à prova toda afirmação da razão humana e nada aceitando inconscientemente. Para isso também temos de admitir que o conhecimento não se *origina* apenas de nossa atividade racional, mas também de nossa percepção intuitiva. Não podemos ter em mente que o conhecimento é meramente proveniente de nossas elucubrações teóricas ou de modelos abstratos de explicação geral. Aqui o *intelectualismo* nos ajuda a equilibrar as posições antagônicas entre racionalismo e empirismo, não afirmando que o conhecimento tem origem num ou noutro. Ele brota da relação entre os dados da experiência e da atividade lógica do pensamento. O intelectualismo sustenta, como o racionalismo, que existem juízos necessários ao pensamento e com validade universal, referentes tanto a objetos ideais quanto a objetos reais. Porém, o intelectualismo não considera estes juízos como patrimônio *a priori* da nossa razão, como o racionalismo, mas deriva esses elementos da experiência. Neste aspecto, aproxima-se do empirismo. Johannes Hessen ressalta o significado do nome *intelligiere*, que vem de "ler de dentro", ou seja, a consciência cognoscente lê na experiência, retira seus conceitos da experiência. Este processo é apoiado numa pressuposição empírica, "[...] de que, ligado de algum modo a cada coisa, há um núcleo essencial que, por ocasião do conhecimento, passa, por assim dizer, para o lado da consciência" (HESSEN, 2003, p. 67).

Neste sentido, o conhecimento é apreendido na experiência, e esta afirmação tem um sentido duplo e implicações importantes. O primeiro sentido é que como pesquisadores, precisamos tanto da experiência como da reflexão. Isto nos chama atenção para os trabalhos de campo, fundamentais na investigação de qualquer tema de pesquisa geográfica. O segundo sentido é menos prático, que diz respeito ao valioso conhecimento adquirido pelas pessoas que vivem (experienciam) as situações ou fenômenos que estudamos. Neste respeito, a possibilidade do conhecimento existe; ele deve ser buscado para além da nossa própria prática, mas deve ser entendido como adquirido na experiência daqueles que estão no mundo.

Estes trabalhos de campo anseiam descrever a experiência tal como é, ou em outras palavras, permitir que o objeto (fenômeno) se revele. Não podemos conhecer nem descrever os fenômenos da experiência à distância. É preciso estar em contato com eles, desenvolvendo nós mesmos uma experiência. Assim, a experiência de lugares ou a experiência de determina-



dos eventos catastróficos (como perigos e desastres ambientais) só estão acessíveis a quem os vive. É para ter acesso a tal experiência, é necessário o diálogo e a descrição destes mundos vívidos. A única maneira de fazer isso é de forma direta, em campo.

Adotar a arqueologia fenomenológica significa, também, ter em mente que o conhecimento é *essencialmente* fenomenal e volitivo, ocorrendo num nível *realista relativo*. Este livra-se da negação total dos elementos da consciência, admitindo que a realidade não pode ser provada, mas apenas experienciada e vivenciada. Nesta perspectiva, são as experiências do querer que nos dão certeza sobre o ser-af de objetos exteriores à consciência. O nosso querer possui uma relação análoga ao ser-assim das coisas, assim como o nosso intelecto nos conduz à sua *essentia*. "As coisas opõem resistência à nossa vontade ao nosso esforço e é nessa resistência que vivenciamos a realidade das coisas" (HESSEN, 2003, p. 80).

Portanto, ao "escavar" em busca das essências, para retornar a relação originária do homem com o mundo, não buscamos o conhecimento real nem o ideal: buscamos, isto sim, o conhecimento volitivo que transcende os objetos e que são apreendidos pela consciência cognoscente. Neste aspecto, a investigação da experiência dos lugares, por exemplo, não se centra no lugar, nem no homem. Não há lugar sem homem, não há homem sem lugar (CASEY, 1993, 2001).

Mas alcançar este estágio originário exige que não nos limitemos ao conhecimento racional. A fenomenologia busca enfatizar outro *tipo* de conhecimento, sobretudo a *intuição* e a *volição*. Estas também se manifestam em dois momentos: o teórico e o prático. Na verdade, todo o processo do conhecimento sempre terá estas duas faces que, quando compreendidas, eliminam muitas de nossas dúvidas acerca da possibilidade de sucesso da arqueologia fenomenológica.

A volição é importante não apenas por estar associada à intencionalidade, mas exatamente por sua ligação com a intuição. Esta ligação, coloca a questão se além do conhecimento mediado há também um imediato; se além do conhecimento discursivo, há também um intuitivo. Não parece haver contradição acerca da existência de tais, tanto no campo da experiência (sensível), quanto do espírito (não-sensível). A volição será tanto mais importante no campo da intuição material, que diz respeito "[...] não à simples apreensão de uma relação, mas ao conhecimento de um dado provido de conteúdo, de um objeto ou fato supra-sensível." (HESSEN, 2003, p. 98) Entre os tipos de intuição material, podemos mencionar as relacionadas à estrutura psíquica do homem: *racional, emocional e volitiva*. Estas estão ligadas respectivamente ao pensar, ao sentir e ao querer, e aos seus respectivos órgãos cognoscentes: entendimento, sentimento e vontade. Não podemos eliminar do processo cognitivo de aquisição do conhecimento estes três elementos, que compõem também, como vimos, a própria essência do conhecimento.

A intuição, portanto, é o conhecimento adquirido instantaneamente. Ela não está conectada imediatamente com a razão, mas tem cumplicidade com ela no processo de conhecimento. Tanto no fazer científico (prática) quanto na conceituação da relação sujeito-objeto (teoria) a intuição é fundamental. No primeiro caso, por nos permitir experienciar ou interagir com nosso objeto de pesquisa. Admite-se aqui a fluidez, que é inerente ao processo, e a influência recíproca e indissociável. Mas ao mesmo tempo, no nível conceitual, a intuição está agindo nos sujeitos que experienciam a situação-objeto, influenciando em seus comporta-

mentos, atitudes e valores. Neste caso, desconsiderar a intuição e seus componentes (a razão e a volição) seria eliminar a possibilidade de compreender como aquelas pessoas ou grupos sociais vivem o espaço e como elas organizam suas estruturas hierárquicas, tanto afetivas quanto políticas ou econômicas.

Volição e intuição estão intimamente implicadas na prática de campo do pesquisador. A volição nem sempre estará presente verbalmente, explícita, sendo fundamental a possibilidade do *vis-a-vis* no trabalho de campo para a apreensão da linguagem não verbal. Por outro lado, o papel da volição do pesquisador e sua intuição, movimentada pela experiência de *outsider* que busca os *insiders* coloca-se também neste campo como essência do próprio conhecimento produzido. O envolvimento do pesquisador também está na linha que delinea o resultado final da interpretação da descrição daquelas experiências. A volição do pesquisador torna-se, portanto, tão importante quanto a volição dos indivíduos que vivem o fenômeno para a busca do seu sentido original.

Por fim, a arqueologia fenomenológica nos permite acessar o conhecimento verdadeiro. O critério deste julgamento é a concretude da vivência, a experiência que a consciência tem do e no mundo. Lembramos da diferenciação fundamental de Hessen entre verdade e correto, falsidade e incorreto. Correto e incorreto são objetos da teoria do valor, enquanto verdade e falsidade pertencem ao campo da teoria do conhecimento. Para solucionar este problema do conhecimento, recorreremos à concepção *realista da verdade*, que implica a concordância do conteúdo do pensamento com o objeto. "Se o tempo e o espaço puderem existir formalmente e apenas em nossa consciência, deveremos supor que os objetos são portadores de certas determinações reais que nos levam a aplicar aquelas formas de intuição." (HESSEN, 2003, p. 121) Mas a questão sobre o critério persiste: como delimitá-lo?

Hessen afirma que o critério é diferente quando tratamos de objetos ideais e objetos reais. E aí está uma diferenciação crucial para nossa resposta à pergunta colocada. Para objetos ideais, onde a lógica e a matemática têm um peso preponderante, e onde o pensamento fica circunscrito em si mesmo, o critério pode ser a *ausência de contradição*. No entanto, quando tratamos de objetos reais, os dados da experiência, da intuição ou da volição têm de ser colocados em relevo, o que faz com que o critério de verdade seja outro. No caso dos dados da consciência, este pode ser a *mediata presença de um objeto*. Não há ação intelectual na apreensão imediata dos objetos?

Hessen (2003, p. 125) responde a esta importante indagação com uma diferenciação fundamental: "Objetividade e validade universal devem, portanto, ser muito bem distinguidas". Isto significa que, embora a presença imediata seja um fenômeno subjetivo, apreendido pela percepção (intuição), as condições de certas situações podem ser fundamentadas numa ótica objetiva, mesmo que não haja um reconhecimento lógico obrigatório. Além disso, as condições objetivas (materiais ou não) podem ser universais, mesmo que varie a forma de percepção e representação destes objetos.

Kant (1987) também atribuía ao empírico e ao que chamava de experiência possível as condições para validação do conhecimento. Criticando posições céticas, ele defendeu a relação entre o sujeito cognoscente e o objeto, experiencialmente dada, como portadora do critério de verdade do conhecimento (OLIVEIRA, 2004).

Neste sentido, se não buscamos a verdade, não temos tarefa a fazer. A ciência, tanto quanto a filosofia, ficarão vazias. No entanto, acertos e erros são inerentes e temos novamente aqui a distinção teórico-prático, pois é igualmente válido a existência da verdade e a sua justificação por este critério para o trabalho do pesquisador quanto para a aquisição dos conhecimentos vivenciados pelas pessoas no espaço. Sem admitir que há uma verdade inerente aos fenômenos (um sentido último), mesmo que dificilmente acessível, não teríamos razão de ser enquanto cientistas ou mesmo enquanto seres humanos, pois toda nossa atividade cognoscente seria vã e superficial.

Este critério de verdade não seria aplicável, no entanto, para julgamento de outros métodos de pesquisa. Cada corpo teórico-metodológico elege seu próprio critério de verdade que coaduna com seus objetivos e possibilidades. Afirmar que o critério de verdade da arqueologia fenomenológica é a experiência ou, em outras palavras, "a busca das coisas mesmas", é apenas reconhecer que este é o tipo de conhecimento que este procedimento se propõe a buscar. Nele residem suas possibilidades e também suas limitações.

O trabalho de campo geográfico é a principal forma de acessar tais experiências. Existem outras, que utilizam maior intensidade de mediações entre sujeito-objeto. No entanto, tem sido cada vez mais comuns práticas que promovem a passagem do pesquisador de *outsider* para *insider*, num processo de envolvimento gradual que culmina com uma descrição e interpretação bastante rica em conhecimento vivencial – a metodologia de observador participante é um exemplo disso (TURRA NETO, 2004). Alguns entendem que este tipo de envolvimento pode "turvar" o julgamento do pesquisador. No entanto, se a busca é pela experiência, ou pelos fenômenos enquanto re-velados na experiência, no próprio mundo vivido, por que não poderia o pesquisador utilizar de sua própria experiência, enquanto *insider*, para alimentar sua descrição? A existência é fundada na experiência; o espaço existencial é expressão de nossa história de vida, memória, imaginário, afetividade, relações pessoais, cultura e biografia. Não podemos nos furtar a tais elementos que, juntos, compõem nossa existência mediante a experiência (MARANDOLA JR., 2005b). Existência e experiência são indissociáveis e o envolvimento do *insider* (seja pesquisador ou não) é parte deste conhecimento.

#### IV

Tomar a experiência como objeto ou fonte do conhecimento geográfico tem produzido importantes contribuições para a Geografia, ampliando seu escopo analítico e o alcance e profundidade de muitos de seus temas de interesse tradicionais. No entanto, são muitos os caminhos que a Fenomenologia abre para a pesquisa geográfica. Neste ensaio, nos limitamos a pontuar algumas das consequências que a adoção deste trilhar traz para a pesquisa de um ponto de epistemológico e metodológico. Entretanto, é importante frisar que o quadro aqui desenhado é obviamente limitado, tendo como objetivo posicionar um procedimento específico (arqueologia fenomenológica) no contexto maior da teoria do conhecimento e da prática geográfica. Há necessidade de dedicação maior no sentido de discutir os procedimentos, conceitos e pressupostos não apenas da Fenomenologia, mas também de

outras filosofias e teorias oriundas de outras ciências e trazidas à pesquisa geográfica, para que sua incorporação não seja apenas transpositiva. Sempre há necessidade de adaptações e contextualizações à nossa própria história e desenvolvimento epistemológico e ontológico. Além disso, aprofundar-se no conhecimento dos fundamentos de tais teorias nos permitirá reconhecer as possibilidades e, acima de tudo, as limitações daquele procedimento em nos retornar determinado tipo de conhecimento.

Precisamos, portanto, assumir a fluidez sujeito-objeto, ter bem claro os problemas do conhecimento em dois prismas: o teórico e o prático e não esquecer que conhecer o outro é conhecer a nós mesmos e ao mundo. A arqueologia fenomenológica é um caminho que se abre neste sentido, em direção à experiência. Ela resgata a importância do trabalho de campo na pesquisa, como oportunidade singular de encontro da consciência com o mundo. Os geógrafos têm buscado a experiência humana sobre a Terra e este objetivo coaduna com o esforço dos fenomenologistas. Por isso, entendemos que as concordâncias entre ambos revelam um sentimento humanista maior de desejo de colocar o homem como medida e valor para um Humanismo autêntico, primando pela *humanidade do homem humano*, como o quis Heidegger (1991), e como o queremos hoje.

## Referências

- ALES BELLO, Angela. *Cultura e religiões: uma leitura fenomenológica*. Trad. Antonio Angonese. Bauru: Edusc, 1998. 204p.
- AMORIM FILHO, Oswaldo B. A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, ano 11, nº 21 e 22, p. 67-87, jan./dez. 1999.
- CASEY, Edward S. *Getting back into place: toward a renewed understanding of the place-world (studies in continental thought)*. Indiana: Indiana University Press, 1993. 432p.
- \_\_\_\_\_. Between Geography and Philosophy: what does it mean to be in the place-world? *Annals of the Association of American Geographers*, v. 91, n. 4, 2001. p. 683-693.
- CLAVAL, Paul. *Épistémologie de la géographie: comprendre le monde tel que les hommes le vivent à travers les paysages, les patrimoines et la confrontation des cultures*. Paris: Nathan, 2001. 266p.
- DARBY, H. C. El problema de la descripción geográfica. In: RANDLE, P. H. (Ed.). *Teoría de la geografía* (segunda parte). Buenos Aires: GAEA, 1977. p. 231-251.
- GIANNETTI, Eduardo. *Auto-engano*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. 269p.
- HEIDEGGER, Martin. *Carta sobre o humanismo*. São Paulo: Moraes, 1991[1945]. 50p.
- \_\_\_\_\_. *Que é metafísica?* In: \_\_\_\_\_. *Heidegger*. Trad. Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1999 [1929]. p. 51-88. [Os Pensadores]
- \_\_\_\_\_. *Qu'est-ce que la philosophie?* In: \_\_\_\_\_. *Heidegger*. Trad. Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1999 [1956]. p. 27-40. [Os Pensadores]
- \_\_\_\_\_. *Ser e tempo – parte I*. Trad. Marcia Sá C. Schuback. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2002 [1927]. 325p.

- HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. Trad. João V. G. Cutter. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003[1926]. 177p.
- HOLZER, Werther. *A geografia humanista – sua trajetória de 1950 a 1990*. 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- HUSSERL, Edmund. *Investigações lógicas*. Trad. Zeljko Loparic e Andréa M. A. de C. Loparic. In: \_\_\_\_\_. *Husserl*. São Paulo: Nova Cultural, 1988[1900-01]. 184p. [Os Pensadores]
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Trad. Valério Rohden e Udö B. Moosburger. In: \_\_\_\_\_. *Kant*. São Paulo: Nova Cultural, 1987[1781]. 172p. [Os Pensadores]
- MARANDOLA JR., Eduardo. Humanismo e a abordagem cultural em Geografia. *Geografia*, Rio Claro, v. 30, n. 3, p. 393-419, set./dez. 2005a.
- \_\_\_\_\_. Da existência e da experiência: origens de um pensar e de um fazer. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 15, n. 24, p. 49-67, 1º Sem. 2005b.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Trad. Reginaldo di Piero. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971[1945]. 465p.
- MOREIRA, Daniel A. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002. 152p.
- OLIVEIRA, Livia de. Que é geografia. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, Ano 11, n. 21 e 22, p. 89-95, jan./dez. 1999.
- OLIVEIRA, Silvério da C. *Kant & Piaget: inter-relação entre duas teorias do conhecimento*. 2. ed. Londrina: EDUEL, 2004. 115p.
- PIAGET, Jean. *A epistemologia genética*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972. 110p.
- \_\_\_\_\_. *Psicologia e epistemologia: por uma teoria do conhecimento*. Trad. Agnes Cretella. Rio de Janeiro: Forense, 1973. 158p.
- PICKLES, John. *Phenomenology, Science and Geography: spatiality and the human sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. 202p.
- RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da Geografia. *Geografia*, Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1-25, abr. 1979.
- TURRA NETO, Nécio. *Enterrado Vivo! – identidade punk e território em Londrina - PR*. São Paulo: UNESP, 2004. 284p.
- VON ZUBEN, Newton A. A fenomenologia em questão: desafios de um projeto. In: CARVALHO, Maria C. M. de. (Org.). *Paradigmas filosóficos da atualidade*. Campinas, SP: Papyrus, 1989. p. 145-166.
- WRIGHT, John K. Terrae incognitae: the place of the imagination in Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 37, p. 1-15, 1947.

Recebido para publicação em março de 2005

Aprovado para publicação em dezembro de 2005